

Boletim nº 132 - 17/02/2016

Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental - DIRGED

Este boletim é elaborado a partir de notas tomadas nas sessões do Órgão Especial e das Câmaras de Uniformização de Jurisprudência do TJMG. Apresenta também julgados e súmulas editadas pelos Tribunais Superiores, com matérias relacionadas à competência da Justiça Estadual. As decisões tornam-se oficiais somente após a publicação no *Diário do Judiciário*. Portanto, este boletim tem caráter informativo.

Órgão Especial do TJMG

Lei municipal de iniciativa do Legislativo que inclui no calendário oficial do Município evento denominado "Marcha para Jesus", a ser comemorado anualmente, e prevê que as despesas decorrentes de sua execução correrão por conta de dotação orçamentária própria: inconstitucionalidade parcial.

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por maioria de votos, julgou parcialmente procedente o pedido da ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Prefeito do Município de Lagoa Santa em face da Lei Municipal nº 3.301/2012, de iniciativa do Legislativo, que incluiu no calendário oficial evento denominado "Marcha para Jesus", a ser comemorado anualmente no mês de junho, e, em seu art. 3º, estabeleceu, também, que as despesas decorrentes da execução da lei "correrão por conta de dotação orçamentária própria". O relator para o acórdão, Desembargador Fernando Caldeira Brant, votou pela procedência parcial do pedido, sob o fundamento de que o referido art. 3º, ao prever que as despesas decorrentes da comemoração da "Marcha para Jesus" corressesem por conta de dotação orçamentária do Município, violou o § 3º do art. 165 da Constituição Estadual. Esclareceu que o Brasil é um Estado eminentemente laico, e tanto a Constituição Federal quanto a Constituição Estadual determinam uma postura de neutralidade em matéria religiosa por parte dos entes federados, aos quais, por conseguinte, é vedado subvencionar eventos dessa natureza. Assim, concluiu que o mencionado dispositivo da lei ofendeu os princípios constitucionais da liberdade religiosa, da laicidade do Estado brasileiro, da isonomia e da impessoalidade, além de incorrer em vício de iniciativa. Ao final do julgamento, o Colegiado declarou a inconstitucionalidade do art. 3º da Lei nº 3.301/2012, vencidos o relator do processo, Desembargador Antonio Carlos Cruvinel, que havia votado pela improcedência da representação, por não vislumbrar inconstitucionalidade na legislação impugnada, e os desembargadores Geraldo Augusto de Almeida e Roberto Soares de Vasconcellos Paes. **(Ação Direta de Inconstitucionalidade nº [1.0000.14.076928-2/000](#), Rel. Des. Antônio Carlos Cruvinel; Rel. para o Acórdão: Des. Fernando Caldeira Brant, DJe de 22/01/2016).**

Constitucionalidade de lei municipal que autoriza a instituição de passe

escolar para estudantes.

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por maioria, julgou improcedente a ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Prefeito de Barbacena, em face do disposto na Lei Municipal nº 2.791, de 3 de novembro de 1992, que autorizou a instituição do passe escolar para estudantes de 1º, 2º e 3º graus, em horários escolares, durante o ano letivo. Sustenta o Chefe do Poder Executivo daquele município que a referida lei impõe gastos sem previsão orçamentária. A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, por sua vez, ajuizou Ação Civil Pública pleiteando a implantação do passe em questão, com pedido de liminar, posteriormente indeferido, sendo, contudo, mais tarde, estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para a referida concessão, por intermédio de Agravo de Instrumento. Isto porque a inconstitucionalidade da norma foi sustentada pelo autor tanto em relação à Constituição Federal, art. 61, § 1º, II, *b*, como à Constituição Estadual, art. 173, devendo ser notado que a Lei foi promulgada há mais de vinte anos, sem, contudo, haver sido promulgada, e, nos termos do art. 61 da Constituição da República, "A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados [...]". Observando-se ainda o art. 66, inc. III da Constituição mineira, pelo princípio da simetria, verificou-se não ter havido ingerência indevida do Poder Legislativo sobre o Executivo, mesmo que ausente prévia dotação orçamentária acerca de eventuais custos decorrentes da concessão do benefício. Ressaltando a necessidade do prestígio ao direito constitucional à educação, foi julgado, por maioria de votos, improcedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 2.791/92. **(Ação Direta de Inconstitucionalidade nº [1.0000.14.070660-7/000](#), Rel. Des. Eduardo Machado, DJe de 04/02/2016).**

Lei municipal que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado declarada inconstitucional em juízo de retratação.

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por maioria, julgou procedente a representação, com efeitos *ex nunc*, em juízo de retratação, a ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Procurador-Geral de Justiça, em face dos incisos V e VI do art. 2º da Lei nº 350/2011 do município de Camanducaia, que dispõe sobre contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Em regime de Repercussão Geral, o eg. Supremo Tribunal Federal decidiu que contratações dessa natureza têm a possibilidade de serem validadas, desde que observados parâmetros predeterminados, a saber, previsibilidade dos casos excepcionais em lei, necessidade de contratação indispensável, interesse público excepcional, prazo predeterminado da contratação, necessidade temporária, (RE 658.026/MG). Não tendo sido verificado o preenchimento dos requisitos elencados no art. 37, inc. IX da Constituição da República, nem o ajuste ao art. 22 da Constituição mineira, uma vez que não foi definido o prazo predeterminado para a duração do contrato, tampouco comprovada a excepcionalidade do caso em questão, devem ser entendidas como inconstitucionais as normas questionadas, atribuindo efeitos *ex nunc* ao julgamento, em respeito aos contratos firmados até a data do julgado, em observação ao princípio da segurança jurídica e da boa-fé aos prestadores de serviço à Administração Pública, salvaguardando ainda os eventuais direitos preconizados pela Suprema Corte (art. 27 da Lei 9.868/99). Tratando-se de ação originalmente julgada improcedente, com a consequente declaração de constitucionalidade da lei impugnada, em observação ao Recurso Extraordinário interposto pelo Ministério Público de Minas Gerais e reconhecendo que a matéria já havia sido julgada com Repercussão Geral, decidiu-se, em juízo de retratação, pela procedência da representação e pela declaração de inconstitucionalidade da Lei, com efeitos *ex nunc*, por maioria de votos. **(Ação Direta de Inconstitucionalidade nº [1.0000.11.044096-3/000](#), Rel. Des. Belizário Lacerda, DJe de 04/02/2016).**

Supremo Tribunal Federal

Plenário

Repercussão Geral

“STF decide que há prescrição em danos à Fazenda Pública decorrentes de ilícito civil.

Na sessão plenária do Supremo Tribunal Federal (STF) [...], os ministros firmaram tese de repercussão geral no sentido de que “é prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil”. Essa tese foi elaborada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 669069, em que se discute o prazo de prescrição das ações de ressarcimento por danos causados ao erário, entretanto essa tese não alcança prejuízos que decorram de ato de improbidade administrativa, tema não discutido nesse recurso. Conforme o recurso, a União propôs ação de ressarcimento contra uma empresa de transporte rodoviário e um de seus motoristas por entender que houve culpa exclusiva do condutor do ônibus em batida contra uma viatura da Companhia da Divisão Anfíbia da Marinha, ocorrida no dia 20 de outubro de 1997 em uma rodovia no Estado de Minas Gerais. Naquele ano ainda vigorava o Código Civil de 1916, que estabelecia prazo para efeito de prescrição das pretensões reparatórias de natureza civil. No entanto, a ação foi ajuizada pela União em 2008, quando vigorava o Código Civil de 2002. O RE foi interposto pela União contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) que aplicou o prazo prescricional de cinco anos para confirmar sentença que extinguiu a ação de ressarcimento por danos causados ao patrimônio público, decorrente do acidente. A União alegava a imprescritibilidade do prazo. A maioria dos Ministros acompanhou o voto do relator, Ministro Teori Zavascki, que negou provimento ao recurso, bem como a tese proposta pelo Ministro Luís Roberto Barroso no sentido de que, em se tratando de ilícitos civis, há a incidência da prescrição. De acordo com o relator do processo, a ressalva contida na parte final do § 5º do art. 37 da Constituição Federal, que remete a lei à fixação de prazos de prescrição para ilícitos que causem prejuízos ao erário, mas excetua respectivas ações de ressarcimento, deve ser entendida de forma estrita. Segundo ele, uma interpretação ampla da ressalva final conduziria à imprescritibilidade de toda e qualquer ação de ressarcimento movida pelo erário, mesmo as fundadas em ilícitos civis que não decorram de culpa ou dolo. [...] Ficou vencido o Ministro Edson Fachin, que votou no sentido de dar provimento ao RE, determinando o retorno do processo ao TRF-1, se superada a questão da prescrição pelo Supremo, a fim de que fosse julgada a matéria de fundo, ainda não apreciada naquela instância. [...]” [RE 669096/SP](#), Rel. Min. Teori Zavasck (Fonte – *Notícias do STF - 03.02.2016*).

Superior Tribunal de Justiça

Corte Especial

“Omissão do Judiciário em pedido de gratuidade da justiça presume deferimento.

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que a omissão do Judiciário referente a pedido de assistência judiciária gratuita deve atuar em favor da parte que requereu o benefício, presumindo-se o seu deferimento, mesmo em se tratando de pedido considerado somente no curso do processo, inclusive em instância especial. Para o relator do recurso, Ministro Raul Araújo, a declaração de pobreza feita por pessoa física que tenha por fim o benefício da assistência

judiciária gratuita tem presunção de veracidade (art. 4º da Lei 1.060/50), podendo ser afastada tão somente por decisão judicial fundamentada, quando impugnada pela parte contrária, ou quando o julgador buscar no processo informações que desprestigiem a dita declaração. [...] No mesmo julgamento, o colegiado definiu que não é necessária a formulação do pedido de gratuidade, no curso do processo, por meio de petição avulsa, processando-a em apenso. O Ministro Raul Araújo destacou que a própria Corte Especial já firmou entendimento de que “é viável a formulação, no curso do processo, de pedido de assistência judiciária gratuita na própria petição recursal, dispensando-se a exigência de petição avulsa, quando não houver prejuízo ao trâmite normal do feito”. A decisão foi unânime. [...]” [AREsp 440971](#), Rel. Min. Raul Araújo. (Fonte - *Notícias do STJ* – 04.02.2016).

Este boletim é uma publicação da Gerência de Jurisprudência e Publicações Técnicas, elaborado pela Coordenação de Indexação de Acórdãos e Organização de Jurisprudência. Sugestões podem ser encaminhadas para coind@tjmg.jus.br.

Recebimento por e-mail

Para receber o Boletim de Jurisprudência por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-bje@lista.tjmg.jus.br, e o sistema remeterá uma mensagem de confirmação.

Edições anteriores

[Clique aqui](#) para acessar as edições anteriores do Boletim de Jurisprudência disponibilizadas na Biblioteca Digital do TJMG.

